

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.373.727 - SP
(2018/0255506-5)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
REQUERENTE : IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A
ADVOGADOS : LUIZ OCTÁVIO PINHEIRO CARVALHO DA SILVA - RJ130761
FABIO SILVA ALVES - RJ147816
LUCIANO DE SOUZA GODOY - SP258957
REQUERIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MÁRCIA FERREIRA COUTO - SP093215

DECISÃO

Às fls. 930/932 (e-STJ), a pessoa jurídica Ipiranga Produtos de Petróleo pleiteia mudança da garantia do crédito fiscal, pugnando pela substituição da fiança bancária por seguro garantia, nos autos da Execução Fiscal nº 0065730-30.2010.8.26.0576, em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública - Foro de São José do Rio Preto.

Sustenta que a substituição da referida garantia lhe traria benefícios econômicos, pois a manutenção da fiança bancária lhe traz custos elevados. Afirma ainda que peticionou nos autos da mencionada Execução Fiscal para que fosse realizada a substituição.

Intimada a se manifestar, a Fazenda do Estado de São Paulo discordou da referida substituição do crédito fiscal, nos termos da petição de fls. 970/977 (e-STJ).

É o relatório. Passo a decidir.

Deveras, incumbe ao Juiz da causa (Execução Fiscal) a apreciação e a decisão acerca do pedido de substituição da penhora, assim como do indispensável desentranhamento da carta de fiança, se for o caso.

A propósito:

Dispõe a Lei 6.830/80 – Lei de Execuções Fiscal:

"Art. 15 - Em qualquer fase do processo, será deferida **pelo Juiz**: I - ao executado, a substituição da penhora por depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia; (Redação dada pela Lei 13.043/2014)"

Nesse mesmo sentido, refiro-me ao despacho proferido pelo eminente Ministro Sergio Kukina nos autos da Pet no REsp 1.587.045/DF, DJe de 22/11/2016.

Ante o exposto, determino o desentranhamento dos autos das petições e dos documentos de fls. 937/978 (e-STJ), e a imediata remessa desses ao Juízo da execução, a fim de que proceda ao exame do pedido.

Cumpra-se.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator